



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

CONSULTA PÚBLICA

Resposta ao Questionamento: nº R - 01/2016

Questionamento
"Por gentileza, gostaríamos de informações de como ficara a situação dos funcionários após a ppp !?"
Resposta
<p>O projeto de Parceria Público Privada em discussão para o Vapt Vupt prevê uma sucessão de obrigações e responsabilidades entre o Governo do Estado e a Concessionária do serviço Público que, após licitação, será originada da assinatura de contrato da referida parceria. A gestão do Vapt Vupt a partir de então passa a ser feita pelo Parceiro Privado, com monitoramento e avaliação permanentes do Governo do Estado, utilizando-se para isto as regras de contratos regidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, vigente no Brasil. Desta forma, todos os funcionários remanescentes do atual Vapt Vupt são potencialmente candidatos a esta nova modalidade de contratação, devendo, para isto, se enquadrar nas condições de seleção (conhecimento, disponibilidade, experiência, etc) e nas regras estabelecidas pela legislação trabalhista (salário anterior compatível, rescisão contratual com o órgão público, etc)</p> <p>Como existem variações da forma de contratação no atual Vapt Vupt, também haverá adaptações para o novo processo. O funcionário efetivo tem estabilidade e, dependendo da política de pessoal do próprio órgão, poderá ser mantido em uma função indelegável dos diversos órgãos públicos dentro do Vapt Vupt - que continua executando o mesmo papel na condição de Serviço Público. Sua remuneração continua sob responsabilidade do próprio órgão público de origem e suas vantagens, gratificações e regras para a execução do serviço dependerão exclusivamente da política de pessoal que sua carreira ou seu órgão de lotação determinarem. Isto vale para servidores efetivos do Estado, servidores federais ou municipais que estejam à disposição do Vapt Vupt. Todos os servidores efetivos que não forem destacados ou não se interessarem pela continuidade no Vapt Vupt retornarão normalmente para seu órgão de origem.</p> <p>Quanto aos servidores comissionados terão oportunidade de se apresentar (dentro dos parâmetros legais) para um contrato com carteira assinada, garantias da CLT e possibilidade de carreira profissional e com a estabilidade que hoje não possuem os comissionados. Estes servidores também terão a opção de permanecer no Estado no mesmo órgão que os contratou por se manterem na condição de confiança e/ou competência que fez com que o poder público os acolhesse.</p> <p>Os salários pagos pelos novos contratos obedecerão a um parâmetro de mercado que, aos números de hoje, se assemelham à média do valor contratual de mais de 60% dos servidores atuais. Os que recebem salário acima do mercado devem optar por permanecer no órgão de origem. Os demais poderão manifestar interesse e apresentar credenciais para uma possibilidade de transição.</p> <p>O período de transição entre um modelo e outro será feito com base em um planejamento a ser apresentado por uma comissão formada por servidores do Estado e da nova Concessionária, com garantias de que não haverá prejuízo nem para a continuidade do trabalho nem para a remuneração do funcionário. Ao final,</p>



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

cada servidor terá seu lugar - ou por contrato com a nova concessionária ou por
recolocação segundo as necessidades e conveniência do Estado.